

Linguagem e Sociedade: uma Abordagem à Obra de M. Bakhtin.

Maria Manuela Ramos de Sousa Silva

Résumé:

Cet article sur l'oeuvre de M. Bakhtin essaye d'appeler l'attention sur le grand défi que se pose aujourd'hui pour les historiens, où le texte, comme lieu de production du discours, se détache comme un nouveau champ de recherche scientifique, à la suite de la tournée Linguistique, du Deconstructivisme et du New Historicism.

Em maio de 1991 aparecia nas páginas da conceituada revista inglesa *Past and Present* um artigo, no mínimo instigante, do polêmico historiador L. Stone, que viria a desencadear um acalorado debate entre historiadores sociais de língua inglesa sobre os destinos da história em tempos de pós-modernidade (L. Stone: 1991).

Em tom de denúncia, o autor alertava para os graves perigos que então minavam as bases do conhecimento histórico, desencadeados pela triplice ameaça representada respectivamente pelos movimentos estruturalista e pós-estruturalista (cuja teoria desconstrutivista derridiana parecia constituir o último avatar), pela antropologia simbólica (na seqüência dos estudos de Geertz) e pelo novo historicismo.¹

O que mais nos chama a atenção no artigo não é, decerto, o tom desabrido do autor, sequer sua rara capacidade de provocar os pares, qualidades já sobejamente conhecidas do público, pelo menos desde os idos de 1979, quando na mesma revista (*Past and Present*) ataca com o controvertido e provocador "The revival of the narrative" (L. Stone, 1979). Mas o fato de sua argumentação em defesa do saber histórico se centrar, não nesta ou naquela escola, mas no próprio projeto intelectual pós-moderno, liderado pela nova *intelligentsia* universitária dominante no mundo dos anos noventa.²

Sem entrarmos propriamente no mérito ou na justeza das proposições avançadas pelo autor, questões que fugiriam inteiramente ao objeti-

vo deste artigo, o fato é que suas palavras, uma vez deixada assentar a poeira da provocação, soam como um alerta máximo contra algumas perigosas armadilhas enfrentadas pelos historiadores após os anos setenta, principalmente a partir da virada lingüística e do movimento denominado de multiculturalismo.

Efetivamente, o crescente interesse a partir deste momento pelo fenômeno da linguagem leva os historiadores sociais e da cultura a um contato cada vez mais estreito com outros saberes humanos tangenciais, como a literatura, a teoria e a crítica literária, que vinham há já algum tempo debruçando-se sobre problemas que, de certa maneira, diziam também respeito ao historiador. Tratavam estes fundamentalmente de duas questões de extrema relevância para a própria construção da narrativa histórica — a natureza e o caráter das relações entre, por um lado, a ficção e a realidade e, por outro, entre o texto e seu contexto.

Passa então a ser lugar comum afirmar que a linguagem, entendida não simplesmente em sua estrutura formal, mas antes como um complexo fenômeno histórico-social, é a verdadeira matéria-prima a partir da qual se tecem as redes de significado que conferem sentido e legitimam as práticas sociais.

Da mesma maneira, as diversas apropriações e os diferentes usos que os grupos sociais fazem da linguagem não são inocentes, sequer aleatórios, mas antes correspondem a peculiares formas políticas que podem expressar um variado leque de situações indo da dominação à coação, passando por estágios intermediários como a persuasão ou a negociação.

Mas, se por um lado, a introdução de considerações historicistas no discurso, entendido agora quer como produção de formações históricas (novo historicismo), quer de identificações culturais (antropologia simbólica), tem vindo a lançar uma nova luz sobre os fenômenos sociais e culturais, por outro, o papel da história enquanto agente ativo e determinante na construção social do significado tem sido sistematicamente ignorado ou pouco considerado.

Ora, é este alijamento da história que constitui, a nosso ver, o ponto mais frágil e vulnerável destas novas propostas, a despeito de suas inegáveis contribuições.³

A consciência destas possíveis limitações foi, sem dúvida, um dos motivos que nos levou, qual caminho de volta, à obra de M. Bakhtin, que desde sua redescoberta nos anos setenta tem permanecido uma referência obrigatória em nosso trabalho acadêmico. Mas não o único motivo. Apesar do surgimento nestes últimos anos de algumas referências pontuais a sua obra, quer em pesquisas desenvolvidas dentro do Programa de Pós-

Graduação em História Social do Departamento de História da UFRJ, quer em monografias de final de Curso de Graduação,⁴ o fato é que sua obra ainda permanece pouco conhecida.

Foi exatamente a partir desta constatação que resolvemos alinhar algumas breves considerações sobre sua extensa e diversificada obra, na tentativa de que elas não só contribuam para uma melhor compreensão dos temas abordados por Bakhtin, mas sobretudo, sejam um incentivo à continuidade do interminável diálogo com o “outro”, por ele tão brilhantemente iniciado.

A obra de M. Bakhtin, apesar de sua extraordinária importância na atualidade, ainda não mereceu uma publicação que abranja de forma global e completa toda a sua produção. E isto pode tanto afirmar-se em relação à ex-União Soviética quanto aos países ocidentais.

De fato, só muito tardiamente sua obra começou a despertar interesse e a ser lida nos meios acadêmicos. Somente a partir de 1960 é que uma pequena parte de sua extensa produção começa a ser divulgada no ocidente, embora seus estudos mais importantes já tivessem surgido nas primeiras décadas de nosso século.

Muitos escritos, principalmente artigos publicados em revistas se perderam, sendo hoje ainda bastante difícil para os críticos e estudiosos de sua obra, reconstituir toda a sua vasta produção intelectual que abrange os mais diversos campos do conhecimento humano.

Por outro lado, há ainda a considerar que boa parte de seus escritos foi editada por seus discípulos, amigos ou colaboradores diretos em suas pesquisas sobre a filosofia da linguagem, tais como Volochinov, Medviédiev e Pumpiansky.

Nesta situação estariam várias obras publicadas nas décadas de 20/30, destacando-se entre elas *O Discurso na Vida e o Discurso na Poesia* (1926); *Contribuição para uma Poética Sociológica e O Freudismo*, ambas de 1927; duas edições no ano de 1929 de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e, no ano seguinte, o ensaio *As Fronteiras entre a Poética e Lingüística*.

Várias têm sido as discussões em torno da razão ou possíveis razões que teriam levado Bakhtin a deixar publicar parte de sua obra em nome de terceiros. Mas para uma boa parte de seus críticos, a razão desta atitude pode ser explicada como uma espécie de recusa do autor em proceder a certas alterações solicitadas pelo editor, certamente decorrentes das exigências impostas pela censura do governo soviético. Perante sua posição irredutível em ceder às pressões ideológicas do Partido, seus alunos, cons-

cientes da importância de suas novas abordagens ao problema da linguagem, teriam assumido realizar as modificações pleiteadas.

Mas alguns estudiosos apontam para um outro aspecto que poderia ter favorecido esta situação. O fato de Bakhtin ter um verdadeiro fascínio pela “máscara”, pelo “duplo”, aspecto que a todo o momento irrompe à superfície de seu discurso, poderia muito bem ser a verdadeira razão da ocultação de sua identidade por detrás dos nomes de seus discípulos, simples elos de uma cadeia ininterrupta que é a transmissão social da palavra.

Mas poderia ainda existir uma outra razão. Talvez a extraordinária modéstia intelectual do autor que sempre o mantinha arredio da cena pública e a recato de “badalações”. Porém, outras questões têm sido apontadas ultimamente por estudiosos de Bakhtin, principalmente nos Estados Unidos. Estes creditam a situação a um problema estrutural inerente à própria obra de Bakhtin, uma vez que nela reconhecem a falta de uma unidade temática e metodológica, decorrente não só da extensão e heterogeneidade dos objetos analisados, mas sobretudo da multiplicidade de abordagens propostas.

Não há dúvida de que o olhar de Bakhtin se espraia por uma verdadeira diáspora de saberes que vão da Literatura, da Teoria Literária, da História da Cultura Popular à Filosofia, Estética e Epistemologia, passando pela Lingüística, pela Psicanálise e pela Sociolingüística. Contudo, a meio desta inegável e aparente dispersão, emerge de todos os seus escritos um elemento unificador, uma espécie de elo catalisador que parece soldar e homogeneizar as mais diversas apreensões, numa compreensão básica e fundamental de que a linguagem, uma realidade dialógica, só é passível de ser apreendida a partir de e pela perspectiva histórica.

Igualmente visível em sua extensa obra é a insistente preocupação quanto à necessidade de resistir a todo e qualquer dogmatismo, atitude que lhe exige um permanente estado de alerta a fim de não se deixar envolver pelas astúcias do poder/saber, sequer soçobrar num relativismo empobrecedor da realidade ou ceder a ecletismos irresponsáveis.

Seu lema intelectual pode ser sintetizado na definição que ele próprio dá à obra de Dostoiévski, seu escritor preferido “Nada lhe parece acabado: todo o problema permanece aberto, sem fornecer a mínima alusão a uma situação definitiva”.

Terá sido, talvez, esta característica, que é também comum à obra de Bakhtin, aberta e, portanto, avessa a dogmatismos, que mais contribuiu para o longo esquecimento a que seus escritos foram votadas na União Soviética, onde tão somente na década de sessenta começam a ser editados, no exato momento em que se operava a distensão política entre o

mundo democrático ocidental e a URSS, fenômeno que estava intimamente associado a um processo interno de autocrítica das posturas autoritárias do Partido Comunista durante a chamada era estalinista.

Nascido em Oriol de uma antiga família nobre arruinada, Bakhtin inicia seus estudos universitários na universidade de Odessa e mais tarde transfere-se para a universidade de São Petersburgo, onde se forma em História e Filologia.

Na atividade de professor universitário, congrega à sua volta um pequeno grupo de alunos e pesquisadores que acabaria por transformar-se num núcleo criativo de idéias que irão exercer grande influência teórica em vários ramos das ciências humanas.

Defenderia a tese sobre Rabelais em 1946 para ingresso no Instituto de Literatura da Academia de Ciências da URSS (só editada em 1965), pesquisa que precede de vários anos seus estudos sobre a produção literária *Dos Gêneros e do Discurso* (1952/53), *O Problema do Discurso* (1959/60) e finalmente o magnífico trabalho sobre a poética de Dostoiévski publicado no ano de 1963.

A questão fundamental levantada por Bakhtin, e que se opõe frontalmente aos esquemas rígidos e ortodoxos correntes nos meios acadêmicos oficiais, é sua percepção do fenômeno linguagem. Este é entendido como uma realidade dialógica, dado que o signo é por excelência um fato ideológico e a ideologia uma produção de sentido das estruturas sociais. Daí que a língua não pudesse ser compreendida como um simples epifenômeno da superestrutura, um mero e mecânico reflexo da infra-estrutura econômica, mas antes como um fenômeno complexo, dialético, pois que toda e qualquer modificação que ocorresse na ideologia desencadeava necessariamente uma modificação na linguagem, sendo esta eminentemente histórica e social.

Assim, as formas de sociabilidade e sensibilidade coletiva não seriam decorrentes nem sequer explicáveis a partir de meras necessidades biológicas, sequer um simples e imediato produto das condições econômicas de uma dada sociedade. Elas representam para o autor algo mais denso, complexo e dinâmico, uma vez que expressam uma específica visão de mundo.

Não será muito difícil ao leitor de hoje, mesmo o mais desavisado, perceber quais os interlocutores a quem Bakhtin queria atingir com suas ponderadas críticas.

Um alvo certamente tinha como interlocutor a teoria oficial dos reflexos, imposta pela ortodoxia partidária; outro visava certas teorias linguísticas burguesas representadas na França pelos discípulos de Saussure

e na Alemanha basicamente por Humboldt e W. Dilthey. Em relação ao primeiro, Bakhtin critica aquilo que ele denomina de objetivismo abstrato (nesta vertente se incluíam também outras abordagens estruturalistas), enquanto que em relação aos alemães censura seu subjetivismo idealista.

O principal ponto de conflito entre Bakhtin e o fundador da ciência lingüística de nosso século, Saussure, é a divisão que este opera entre língua e fala, sendo que somente a primeira constituía uma estrutura sincrônica, auto-regulável, portanto, capaz de se converter em objeto de ciência. Já a fala era entendida como um ato de vontade individual, em constante mutação, explicável a partir de condições psico-fisiológicas do sujeito falante, e que exatamente em decorrência desta peculiaridade não poderia jamais converter-se num discurso científico. Mas Bakhtin ainda detectava um outro problema sério em Saussure e seus seguidores. Era a total incapacidade em articular a existência da língua na sua dimensão abstrata sincrônica com a dimensão diacrônica, i.e. com a própria dinâmica histórica, uma vez que reconhece que “a língua tem sua própria história”. Neste particular afirmaria que “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (Bakhtin, M. [Volochínov], 1986: p. 124). Da mesma forma a consciência não era para Bakhtin algo individual, absolutamente dependente do psiquismo humano, mas antes “adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (Bakhtin, M. [Volochínov], 1986: p. 35).

Conseqüentemente, a palavra para Bakhtin está sempre carregada de um conteúdo, ou seja, ela aponta para um sentido vivencial e ideológico, que necessariamente se inscreve num determinado contexto social. De certa forma, Bakhtin, ao enunciar estas questões, antecipava o tenso e longo confronto que iria ocorrer nos anos 60 entre, por um lado historiadores e antropólogos, e lingüistas por outro, em torno da discussão entre estrutura/história e diacronia/sincronia.⁵

Mas suas críticas não ficam por aqui. Com a mesma desenvoltura, questiona a noção metafísica de “inconsciente coletivo” tão cara a alguns historiadores da *Nouvelle Histoire* francesa das mentalidades, pelo fato de ser uma noção extremamente vaga, imprecisa, como que pairando no vazio, expondo a carência de um trabalho de articulação, necessária e significativa entre a estrutura social, as formas políticas e a ideologia.

Um outro campo que mereceu a atenção de Bakhtin foi o da cultura popular. A ele dedicou atentas e agudas observações além de um denso trabalho empírico (o brilhante e acurado estudo sobre François Rabelais),

procurando discutir e gizar os fundamentos teóricos, capazes de orientar futuras pesquisas sobre a história da cultura popular. A este respeito alerta o historiador para o fato de que toda e qualquer linguagem (seja ela escrita, oral ou gestual) é uma realidade dialógica, somente apreensível na interação sócio-verbal. E dado que a palavra, entendida como signo, é um fenômeno eminentemente ideológico e, portanto, carregado de sentido, constitui o indicador mais sensível das transformações da estrutura social, mesmo daquelas que estão despontando. A este respeito observa: “A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”. (Bakhtin, M [Volochinov], 1986: p. 41).

Bakhtin chama a atenção, por outro lado, para o fato de que as classes sociais servem-se necessariamente de uma mesma língua, expressando-se nela os valores, expectativas e interesses contraditórios oriundos da luta de classes. Assim, cada grupo social, num específico momento histórico, viabiliza seu próprio repertório de formas de discurso experimentadas na comunicação sócio-ideológica. Ora estas formas, que expressam peculiares sensibilidades coletivas, não podem jamais ser inteiramente explicadas pelas condições econômicas, como acreditava a vulgata marxista, então em voga na União Soviética. Não que a importância da infraestrutura na compreensão da sociedade seja descartada pelo autor, sequer negado o importante papel da organização social da produção, do poder político e das formas ideológicas, mas simplesmente porque duvida que as formas de sensibilidade coletiva, a cultura de um dado grupo social, possam ser plenamente elucidadas por estas, em virtude da complexidade e dinâmica própria das formas lingüísticas que as expressam (polissemia/plurivalências vivas).

Neste particular, Bakhtin alerta ainda para o fato de que o historiador da cultura, ao debruçar-se sobre a psicologia de um dado corpo social, deve levar em conta duas abordagens distintas, ainda que complementares. Num primeiro momento a abordagem deve privilegiar o conteúdo, ou seja os temas que se encontram atualizados num determinado momento histórico; já num segundo momento, o estudo deve ser orientado para a análise dos tipos e formas do discurso “através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, se realizam, são experimentados, são pensados, etc.” (Bakhtin, M. [Volochinov], 1986: p. 42).

Será este o itinerário percorrido por Bakhtin em sua incursão na vida e obra de François Rabelais, autor reconhecido pela maioria dos estudiosos como um gênio da literatura européia, comparável a Shakespeare, mas cuja produção fora por longo tempo considerada como uma espécie

de excrecência, face à tremenda dificuldade em inscrevê-la nas categorias de gênero disponíveis.⁶

Graças a uma aguda consciência da dimensão histórica dos fenômenos sociais, bem como à convicção de que a palavra revela-se no momento de sua enunciação como o produto da interação viva das forças sociais, Bakhtin pôde rejeitar as duas explicações dominantes sobre a controvertida obra *Gargantua e Pantagruel*, — tanto uma visão psicologizante da cultura (à maneira de L. Febvre) quanto uma abordagem subjectivista. Orientado pelo princípio dialógico da palavra, Bakhtin refuta a tradicional dicotomia entre cultura erudita e cultura popular, negando qualquer superioridade ou dependência absoluta de uma em relação à outra. A todo o momento enfatiza as relações que entre elas se estabelecem, num constante processo de interação e re-alimentação que, instaurando um movimento circular, busca a unidade dos contrários através de uma síntese dialética que anula toda e qualquer justaposição. Ao mergulhar profundamente no contexto da cultura popular, inscrita num determinado momento histórico que vai dos finais da Idade Média aos inícios da modernidade (Renascimento), Bakhtin lança sobre ela um novo olhar, onde a carnavalização da linguagem e o riso popular constituem os elementos formadores/fundadores de uma peculiar visão de mundo que instaura uma nova ordem, radicalmente diversa e em oposição às formas institucionalizadas pela cultura dominante. E são precisamente estes elementos os próprios demiurgos de um novo tempo cotidiano em transgressão, desconstrutor de todos os valores, convenções sociais e hierarquias vigentes nas formas institucionalizadas da cultura.

Desta forma, a comicidade de Rabelais está intimamente associada aos temas carnavalescos da cultura popular, alimentados desde tempos imemoráveis pela longa cadeia das tradições (orais e escritas), de remotas proveniências culturais, que instauram uma dada representação da realidade social e do mundo circundante, inacabada, ambivalente, aberta como a própria existência humana e em oposição aos rígidos esquemas impostos pela cultura oficial dominante.⁷

Ademais, as formas de linguagem atualizadas na escrita por Rabelais constituem a expressão viva, concreta da carnavalização e do riso, canal utilizado pelas classes subalternas para emergirem de sua condição de dominadas, impondo pela subversão de uma dada ordem estabelecida um efêmero instante de igualdade social. É ainda através da linguagem carnavalesca, expressa no riso e nos ritos da festa coletiva, que se conectam entre si os dois mundos constitutivos da própria condição humana — o da utopia e o da vida real.

Das múltiplas e instigantes vias abertas pela polissêmica obra de Bakhtin, o que nos chama mais a atenção é sua constante preocupação em acompanhar de perto, com rara acuidade, desde o início de nosso século, os movimentos mais significativos que se foram desenvolvendo no campo da *episthème*, bem como suas implicações sobre as ciências humanas e sociais.

Aliás, parece-nos ter sido este aspecto que induziu os estudiosos de Bakhtin em erro, fazendo-nos acreditar que suas múltiplas análises, dirigidas a um imenso leque temático, fossem necessariamente a consequência de uma dispersão intelectual ou de uma fragilidade teórica. O tempo ao que parece exerceu um profundo fascínio sobre Bakhtin, aspecto que constantemente o impeliu a perseguir as rápidas e tumultuadas transformações que o discurso científico vinha impondo ao pesquisador social, que por dever de profissão devia estar sempre atento à dimensão histórica dos fenômenos e, portanto, aberto a toda e qualquer mudança operada no campo do conhecimento.

Mas, a nosso ver, sua obra ainda se destaca por uma outra peculiaridade. Numa época que ainda não parecia ter ditado a morte das ideologias (ainda que se possa hoje afirmar que ela estava anunciada), os escritos de Bakhtin prescindem de uma argumentação ideológica fundada exclusivamente numa visão nomológica da realidade tão característica da ciência e do pensamento então dominantes, não só na União Soviética mas também na maioria dos países liberais, antecipando algumas das críticas mais contundentes ao marxismo e ao hiper-racionalismo.

Daí que o leitor de seus escritos jamais se veja soçobrando a meio de um cansativo e simplista repositório de “chavões”, de lugares comuns ou palavras de ordem, tão ao gosto da retórica ideológica secretada então pelo Partido Comunista, nem tão pouco se veja enredado nas falácias de um saber formal, abstrato, unívoco e acabado. Porém, estes aspectos que consideramos altamente positivos na postura intelectual de Bakhtin, têm recentemente sofrido várias críticas. De fato, alguns críticos literários norte-americanos identificam nesta postura crítica de Bakhtin uma consciente rejeição do ideário marxista, chegando mesmo a afirmar que ele só teria utilizado alguns conceitos para “despistar” os censores oficiais. Outros chegam a afirmar que a obra de Bakhtin não tem nada de pioneirismo, sequer de original, visto que ela apenas dá continuidade a um conjunto de problemáticas e abordagens já iniciadas no campo da linguagem pelos formalistas russos. Igualmente, não faltaram críticos para acusá-lo de um liberalismo progressista, que nada ou muito pouco tinha a ver com a pro-

posta marxista, promovendo desta forma uma sistemática depuração de sua visão de mundo socialista.

Já outros críticos simplesmente veriam na obra de Bakhtin (principalmente na União Soviética, por motivos políticos óbvios), um grito consciente de independência face à dogmatização e esclerosamento da teoria marxista imposta pelos meios oficiais, uma voz dissonante que assim abria um espaço inteiramente novo à crítica construtiva nas ciências humanas. Esta imensa diversidade de pontos de vista parece-nos perfeitamente normal, se levarmos em consideração a extensão, a qualidade e a riqueza de sugestões da obra de Bakhtin, que pela própria característica de obra aberta, inacabada, se presta a constantes leituras e re-leituras, permitindo ao mesmo tempo que nela se espelhem múltiplas tentativas de encaixe quer em rótulos teóricos e metodológicos quer ainda em sistemas político-ideológicos.

Sem qualquer preocupação de nos alinharmos a esta ou àquela crítica, ou de tomarmos posição partidária de cunho político-ideológico, até porque uma boa parte delas nos parecem extremamente descabidas, tendenciosas, quando não equivocadas, o certo é que a obra de Bakhtin continua e continuará a ser, para nós historiadores, uma fonte inesgotável de reflexão, uma espécie de antecipação dos atuais debates realizados no campo da Sociolinguística e da Semiótica, mas sobretudo um precursor na arte de decodificar os fenômenos culturais.

Notas

¹ Novo historicismo, um movimento intelectual surgido nos quadros da Universidade de Berkeley, voltado de preferência para o estudo da Literatura e da Cultura. As figuras mais destacadas são: Steven Greenblat, Louis Montrose, a ativista feminista e historiadora Catherine Gallagher e W.B. Michaels, todos fundadores da revista "Representations", órgão divulgador das idéias do grupo.

² Sobre a questão vide as obras do sociólogo Christopher Lasch, respectivamente *Minimal Left*. London: Picador, 1985 e *A rebelião das elites e a traição da democracia*. Rio: Ediouro, 1995. Igualmente pertinente, a crítica de Harold Bloom em sua última obra já traduzida no Brasil, *O cânone ocidental*. São Paulo: Objetiva, 1995.

³ Duas obras coletivas de historiadores sociais ingleses aparecidas respectivamente em 1987 e 1991, são a este respeito emblemáticas, dado que espelham com fidelidade o crescente interesse pelos fenômenos de linguagem, entendidos estes enquanto signos criadores de significado cultural. Burke, P e Porter, R. (org.) *The*

Social History of Language. Cambridge: Cambridge University Press, 1978 e *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. São Paulo: Unesp, 1993.

⁴ Destacamos a pesquisa desenvolvida pelo mestrando Fábio de Souza Lessa com vistas à elaboração da dissertação *Representações 'da Ação Feminina na Atenas Clássica (450-400 A.C.)* e a Monografia de final de Curso de Graduação do aluno Alexandre Carneiro Cerqueira Lima sob o título *Banquete Privado Ateniense e a Carnavalização no Vº Séc. A.C.*, ambas orientadas pela Prof^a Dra. Neyde Theml.

⁵ Referimo-nos aqui ao acalorado debate, nem sempre amistoso, encabeçado por historiadores como P.Vilar (principalmente o artigo “Uma História Marxista uma História em Construção” in: Le Goff, J. e Nora, P. *História. Novos problemas*. Rio: Francisco Alves, 1979) e E. P.Thompson (*Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio: Zahar, 1981) contra a leitura estruturalista feita à obra de Marx por L. Althusser e E. Balibar.

⁶ Várias têm sido as interpretações da controvertida e genial obra de Rabelais desde o séc. XIX com Michelet, aliás seu admirador incondicional, até nosso século. Dentre os trabalhos mais substantivos produzidos na Europa destacamos os de A. Lefranc (1922), L. Febvre (1942) e E. Auerbach (1946).

⁷ Por constituir um momento histórico particularmente rico, face ao choque provocado pelos múltiplos sistemas de cultura, a Renascença representou a sociedade e o homem através do princípio da ambivalência, princípio este presente na estrutura narrativa ficcional de Rabelais a Shakespeare. O próprio Montaigne no Livro I de seus *Ensaíos* a ele se refere nos seguintes termos: “Comme nous pleurons et rions d'une mesme chose”.